



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

MDA
70

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO Nº 0016457-08.2013.8.17.0001 (0326518-3)

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: RITA DE CASSIA GONZALEZ TORREÃO

RELATOR: DESEMBARGADOR RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 85 DO STJ. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO A INATIVOS E PENSIONISTAS. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRECEDENTES UNÂNIMES DOS TRIBUNAIS.

1. Constata-se a interposição de Recurso de Agravo contra decisão terminativa monocrática que deu provimento parcial à Apelação Cível.
2. Não havendo denegação do próprio fundo do direito, e sendo o salário espécie de prestação de trato sucessivo, o prazo prescricional se renova mês a mês, aplicando-se a prescrição quinquenal apenas às parcelas anteriores ao período de cinco anos antecedente à propositura da ação, nos termos da Súmula nº 85/STJ.
3. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, há de ser paga também aos pensionistas e inativos.
4. Com a inexistência de fato novo relevante, a simples rediscussão da matéria foge a alçada do recurso intentado, a jurisprudência é uníssona não albergando a recorribilidade das decisões já apreciadas fora do recurso específico para tal. Manifestam-se neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores.
5. Agravo conhecido e não provido.

Rafael Machado da C. Cavalcanti
Desembargador

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo nº **0326518-3** , em que figuram como Agravante e Agravado **ESTADO DE PERNAMBUCO** e **RITA DE CASSIA GONZALEZ TORREÃO**, respectivamente, **ACORDAM** os Desembargadores da Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, **conhecer e negar provimento ao Recurso de Agravo nº 0326518-3** , na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife/PE, 30 de 05 de 2014


Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO 0016457-08.2013.8.17.0001 (0326518-3)

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: RITA DE CASSIA GONZALEZ TORREÃO

RELATOR: DESEMBARGADOR RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto pelo Estado de Pernambuco, contra decisão monocrática proferida por esta Relatoria nos autos da Apelação Cível nº 0326518-3, que deu provimento parcial ao apelo, para anular a sentença recorrida assegurando à autora apelante o direito à percepção do valor da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, observada a prescrição quinquenal, com fulcro no art. 557, § 1º-A, do CPC.

Irresignado com a decisão singular proferida por esta relatoria, o Estado de Pernambuco ingressou com o presente Agravo Legal, com o desiderato de que a matéria seja apreciada por órgão fracionário integrante desta Corte de Justiça, alegando, em síntese crítica, a prescrição do fundo de direito como prejudicial de mérito, e a inexistência do direito de percepção à Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo(Policial Militar).

Forte nas razões recursais supracitadas, requer o Agravante que esta relatoria, com esteio no art. 557, §1º, do CPC, se retrate da decisão vergastada.


Rafael Machado da C. Cavalcanti
Desembargador

Em não havendo o juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada por conseguinte, seja julgada improcedente a demanda.

113
70

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife/PE, 30 de 05 de 2014


Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO 0016457-08.2013.8.17.0001 (0326518-3)

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: RITA DE CASSIA GONZALEZ TORREÃO

RELATOR: DESEMBARGADOR RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

VOTO

Tendo em vista os argumentos coligidos pela parte agravante, entendo que a decisão recorrida, proferida por este Desembargador, deve ser mantida em todos os seus termos.

Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remissão, para que faça parte integrante da presente decisão:

"Trata-se de Recurso de apelação, interposto em face de sentença proferida na Ação Ordinária 0016457-08.2013.8.17.0001, que, aplicando o artigo 285- A, do CPC, julgou improcedentes os pedidos.

Alega a apelante, em apertada síntese, que a sentença merece ser anulada em razão de *error in iudicando* do juízo *a quo* que aplicando o artigo 285 - A do CPC deixou de observar entendimento predominante deste Tribunal de Justiça e de Tribunal Superior, quanto ao objeto do pedido originário.

Quanto ao mérito do pedido, a apelante alega que a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo é extensiva a todo o efetivo da Polícia Militar, portanto fazendo *jus* à sua percepção.

Por fim, requereu anulação da sentença recorrida com apreciação do mérito da demanda, pugnando ainda por concessão de tutela antecipada.

Recebido o presente recurso, no duplo efeito; o apelado foi citado e ofertou suas contrarrazões (fls. 36/45).

Autos conclusos após a distribuição.

Parecer da Douta Procuradoria de Justiça, opinando preliminarmente pela anulação da sentença recorrida sob o argumento de que o Juízo

de piso não reproduziu o teor das sentenças anteriormente prolatadas (fls.69/71).

É o que de importante se tem a relatar, sucintamente. Decido monocraticamente.

Inicialmente, em juízo de admissibilidade estando a apelação tempestiva, passo ao seu processamento.

A controvérsia se instala, *prima facie*, na ausência de pré requisitos para a aplicação do artigo 285-A, do CPC.

É pacífico que para a aplicação do art. 285-A do CPC devem existir na situação alguns pressupostos: *que a matéria controvertida seja unicamente de direito; sentença proferida pelo mesmo juízo; sentença de total improcedência; casos idênticos; precedentes dos Tribunais hierarquicamente Superiores.*

À *latere*, a sentença prolatada com base na regra estabelecida pelo art. 285-A deverá, além do relatório, dos fundamentos e do dispositivo, reproduzir o teor da sentença anteriormente prolatada (*aquela que serve de paradigma*).

Nesse ponto, inobstante o entendimento de que o magistrado, ao prolatar *decisum* sob a égide do artigo 285- A do CPC, não deve transcrever a sentença do processo já julgado, mas somente utilizar a mesma fundamentação, demonstrando, através de simples citação dos números das ações que as mesmas têm a mesma tese jurídica; tenho como adequado o raciocínio de que não basta apenas a indicação numérica dos casos anteriores e a e a justificação de identidade dos casos. É necessária a reprodução integral do paradigma, a fim de que se possa ter, na imediata leitura da sentença, a certeza da identidade dos casos e a razão na fundamentação apresentada.

Observo no caso *sub judice* que a sentença apelada adotou o entendimento de simples citação dos julgados anteriores, deixando frágil e maculada a aplicação do citado dispositivo do CPC.

Ainda, observo que na sentença vergastada não houve observância do entendimento majoritário deste Tribunal sobre a matéria tratada (Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo).

Sendo assim, estando a sentença ausente de alguns dos pressupostos do artigo 285 – A do CPC, entendo que a mesma deva ser anulada. E, por não caber dilação probatória na lide, por aplicação análoga do §3º do art. 515¹, do CPC, defendo que a controvérsia merece desde logo julgamento. Máxime, considerando os termos da ofertada contrarrazões, sob anexos documentos, que

¹ Artigo 515. §3º do CPC "Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito (art 267), o tribunal pode julgar desde logo a lide se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento"

traz insurgência sobre o mérito da *quaestio*, e afasta qualquer violação do cerceamento do direito de defesa.

113
AP

Em contrarrazões, alega que ocorreu a prescrição do direito da apelante. Aqui, é de relevo anotar que no caso sob análise, não havendo denegação do próprio fundo do direito, e sendo o salário espécie de prestação de trato sucessivo, o prazo prescricional se renova mês a mês, aplicando-se a prescrição quinquenal apenas às parcelas anteriores ao período de cinco anos antecedente à propositura da ação, nos termos da Súmula nº 85/STJ.

Dessa forma, rejeito a arguição de prescrição do fundo do direito, tendo em vista que as relações jurídicas em tela são de trato sucessivo.

Também argumenta o apelado em suas contrarrazões recursais a natureza *propter laborem* da gratificação perquirida e sua não extensão automática e indistinta em caráter geral e permanente a todos os ativos.

A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, "e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo".

Observe que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento abrangem "as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96", compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade.

Assim entende esse Egrégio Tribunal de Justiça:

EMENTA: PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. PRESCRIÇÃO. REJEIÇÃO. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. EXTENSÃO BENEFÍCIO. PENSIONISTA. INEXISTÊNCIA DE FATO NOVO. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO TRIBUNAL. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. 1- Cuida-se de Recurso de Agravo, previsto no §1º do art. 557 do CPC, interposto à iniciativa da FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco, contra decisão terminativa que negou provimento ao Agravo de Instrumento nº279105-1, para manter na íntegra a decisão vergastada, com vistas à manutenção da liminar que deferiu a implantação de imediato da gratificação de risco de policiamento ostensivo em seus proventos. 2- Por esse agravo legal, deduz,

Rafael Machado da S. Cavalcanti
Desembargador

inicialmente, o recorrente, que incorreu em desacerto a Relatoria originária, posto que ao contrário do que esta relatoria afirmou, a inclusão no benefício de pensão por morte da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, tem-se a ausência de direito da parte autora, ora recorrida, posto que se trata de verba de natureza condicional, variável precária e provisória, concedida ao pessoal do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, nos termos de sua Lei instituidora, vale dizer, Lei Complementar nº59/04.3- Por fim, requer seja efetuado o juízo de retratação e, caso assim não entenda, requer seja apresentado o processo em mesa, para que o órgão competente reforme a decisão para que o agravo de instrumento seja julgado totalmente improcedente. 4- Não existe qualquer fato novo capaz de suplantar a decisão transcritória tomada por esta Relatoria. 5- A discussão de fundo já se encontra pacificada no plano local, consoante demonstram os precedentes: Recurso de Agravo 154407-2/01, Relator Des. João Bosco Gouveia de Melo, 7CC, Julgado em 21.10.2008; Embargos de Declaração 154614-7/02, Relator Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 8CC, Julgado em 02/10/2008.6- De fato, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, "e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo".7- Por sua vez, observo que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento abrangem "as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96", compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade.8- Ora, o teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em comento, por contemplar os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas. Por isso, impõe-se a extensão aos inativos e pensionistas, da Gratificação de Risco Ostensivo conferida aos policiais militares da ativa pela LC 59/04.9- Com essas considerações, não resiste qualquer fato novo capaz de suplantar a decisão tomada por esta Relatoria. 10- À unanimidade de votos, foi negado provimento ao Recurso de Agravo. RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO nº0013193-20.2012.8.17.0000 (0279105-1) RELATOR: DES. ANTENOR CARDOSO SOARES JUNIOR.RELATOR SUBSTITUTO: JUIZ JOSÉ MARCELON LUIZ E SILVA

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO ESTADO DE PERNAMBUCO, ALEGADA PELA PARTE AGRAVADA, REJEITADA DE FORMA UNÍSSONA. NO MÉRITO. EXISTÊNCIA DE DIREITO DE PERCEPÇÃO À GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE


Rafael Machado de C. Cavaicanti
Desembargador

114
20

POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. AGRAVO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. ESTADO DE PERNAMBUCO. 1. A controvérsia dos autos diz respeito à percepção, pela parte agravante, da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Estadual nº 59/04, requerendo a recorrente tão somente a reposição dos valores que estariam sendo pagos a menor em seus proventos, correspondentes à mencionada verba de gratificação, não estando o pedido formulado pela mesma parte agravante em desacordo com as regras estabelecidas na Lei nº 9.494/97.2. A preliminar de ilegitimidade passiva ad causam argüida pela parte agravada, o Estado de Pernambuco, foi rechaçada tendo em vista o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Estadual nº 28, de 14 de janeiro de 2000, que criou o Sistema de Previdência Social do Estado de Pernambuco, ao prescrever a responsabilidade solidária do Estado de Pernambuco para com a Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE. Assim, perfeitamente cabível a inserção do Estado de Pernambuco no pólo passivo da presente controvérsia.3. No Mérito, o entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça é pela extensão da gratificação de risco de policiamento ostensivo - conferida aos policiais militares da ativa pela LC 59/04 - aos da reserva, em virtude do seu caráter geral, conforme julgados de ambas as Câmaras Fazendárias.4. De fato, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, "e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo". 5. Destarte, por seu caráter geral, impõe-se a extensão aos militares da reserva (inativos), da Gratificação de Risco Ostensivo conferida aos policiais militares da ativa pela LC 59/04, visto que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento abrangem "as ações de segurança pública preventiva e repressiva, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96", compreendendo, portanto, na prática, todos os tipos de atividade policial, isto a denotar o seu caráter de generalidade, ratifica-se.6. Logo, assegurado fica o direito à percepção da supracitada gratificação, por parte da agravante, reformando, destarte, este Órgão Colegiado, a decisão agravada.7. Agravo de Instrumento provido. Decisão unânime. Relator Des. Antenor Cardoso Soares Junior. Agravo de Instrumento nº 0286280-0 .

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO A INATIVOS E PENSIONISTAS. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRECEDENTES UNÂNIMES DOS TRIBUNAIS. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.1-Constata-se a interposição de Recurso de Agravo contra decisão

terminativa monocrática que deu provimento parcial à Apelação Cível.2- A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, há de ser paga também aos pensionistas e inativos.3- Com a inexistência de fato novo relevante, a simples rediscussão da matéria foge a alçada do recurso intentado, a jurisprudência é uníssona não albergando a recorribilidade das decisões já apreciadas fora do recurso específico para tal. Manifestam-se neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores.4- Recurso de agravo conhecido e improvido à unanimidade (RA 11174140-8/01, 7CC, Rel. Des. João Bosco, julgado em 24/03/2009).

No mesmo sentido, temos julgado do STJ:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATIFICAÇÃO PROVISÓRIA. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO INATIVOS. POSSIBILIDADE. SOBRESTAMENTO. ATO DISCRICIONÁRIO. RECURSO ESPECIAL JULGADO. NÃO-CABIMENTO. 1. A Gratificação Provisória, prevista no art. 13 da Medida Provisória n.º 1.587/97, convertida na Lei n.º 9.651/98, tem caráter geral e linear, pois o seu recebimento não está condicionado ao cumprimento de qualquer exigência por parte dos servidores ativos. Dessa forma, é extensível aos inativos e pensionistas o direito à gratificação provisória, por força do disposto no art. 40, § 4.º, da Carta Magna. 2. O sobrestamento, previsto no art. 543, § 2º e § 3º, do CPC, é ato discricionário do julgador, e tem lugar nos casos em que o recurso extraordinário interposto é predominante e prejudicial ao julgamento do apelo especial. 3. Inviável formular pedido de sobrestamento do recurso especial, em face de sua prejudicialidade, após o julgamento realizado com fulcro no art. 557 do CPC. 4. Agravo regimental improvido (AgRg no Ag 940168/RJ, T5, Rel. Min. Jorge Mussi, DJ 04/12/2008).

Incompatível com a sistemática e o entendimento jurídico-legal vigentes, o pedido de tutela antecipada realizado pela apelante.

Isto posto, com fulcro no art. 557, § 1º-A, do CPC, ***dou provimento parcial ao apelo***, para anular a sentença recorrida assegurando à autora apelante o direito à percepção do valor da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, observada a prescrição quinquenal."

Percebe-se, da simples leitura da decisão agravada, que a matéria se apresenta suficientemente clara, não tendo trazido o agravante qualquer alegação que pudesse ensejar o juízo de retratação por esta Relatoria.

Por esses fundamentos, ante o exposto, voto pelo **NÃO PROVIMENTO do presente Agravo Legal**, mantendo a decisão monocrática, nos exatos termos em que foi prolatada.


Rafael Machado de C. Cavalcanti
Desembargador